



29(1):187-198
jan/jun 2004

A EMERGÊNCIA DE UM SABER PSICOLÓGICO E AS POLÍTICAS DE INDIVIDUALIZAÇÃO

Henrique Caetano Nardi e Rosane Neves da Silva

RESUMO – *A emergência de um saber psicológico e as políticas de individualização.*

Neste artigo, busca-se problematizar a relação entre a emergência de um saber psicológico na modernidade – e o implemento de uma tecnologia específica de poder que Foucault chama “disciplina” –, e de que modo essa relação acaba contribuindo na própria “fabricação” de uma lógica individualizante, que prepara o terreno para as sociedades de controle na atualidade. Em função de sua forte tendência adaptacionista, considera-se que um dos principais efeitos políticos da invenção da psicologia científica é o de contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas de investimento do poder, a partir da modelização da experiência subjetiva em termos do que é considerado norma ou desvio.

Palavras-chave: *saber psicológico, disciplina, sociedade de controle, políticas de individualização.*

ABSTRACT – *The emergence of a psychological knowledge and the politics of individualization.*

This article aims at analyzing the relationship between the emergence of a psychological knowledge in modernity and the implementation of a specific power technology that Foucault nominates “discipline”, as well as discuss in which way this relationship ends up contributing to the “fabrication” of a individualizing logic that sets up the conditions for the emergence of control societies in contemporary times. Due to the strong adaptive tendencies, we consider that one of the main political effects of the invention of scientific psychology is to contribute to improve power technologies, modeling the subjective experience in terms of what is considered norm or deviation.

Keywords: *psychological knowledge, discipline, control society, politics of individualization.*

Este artigo¹ busca problematizar a relação entre a emergência de um saber psicológico na modernidade e o implemento de uma tecnologia política que, ao utilizar uma estratégia de controle mais imaterial na modelagem dos processos de subjetivação, prepara o terreno para o advento das atuais sociedades de controle.

As análises efetuadas por Foucault (1999 e 1991) permitem entender como se produz esse deslocamento na direção de uma imaterialidade das técnicas de investimento do poder. Foucault considera três “modelos” de sociedade para analisar como se produz essa modelagem dos processos de subjetivação: as sociedades de soberania, as sociedades disciplinares e as sociedades de controle. Cada uma delas expressa diferentes formas de atualização das estratégias de exercício do poder e das técnicas de subjetivação. Nas sociedades de soberania, por exemplo, produz-se o que Foucault chama de “individualização ascendente”, ou seja, uma individualização máxima nas regiões superiores do poder: “quanto mais o homem é detentor de poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo, por rituais, discursos ou representações plásticas” (1999, p. 160). Nas sociedades disciplinares, a individualização, ao contrário, é “descendente”:

(...) à medida que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais se exerce tendem a ser mais fortemente individualizados; e por fiscalizações mais que por cerimônias, por observações mais que por relatos comemorativos, por medidas comparativas que têm a “norma” como referência, e não por genealogias que dão os ancestrais como pontos de referência; por “desvios” mais que por proezas (ibidem, p. 160-161).

Nas sociedades de controle, por sua vez, tornam-se mais explícitos os objetivos de um poder individualizante através do “desenvolvimento de técnicas de poder orientadas para os indivíduos e destinadas a governá-los de maneira contínua e permanente” (Foucault, 1991, p. 98).

Segundo Foucault, é justamente nessa mudança histórica dos processos de individualização – que se produzem ao longo das sociedades disciplinares e anunciam a passagem para as sociedades de controle – que encontraremos os elementos para explicar a invenção de um saber psicológico. Em suma, é necessário que a individualização se torne *descendente* e se espalhe por todo o tecido social, para que as “ciências, análises ou práticas com radical ‘psi’” (1999, p. 161) possam vir a se constituir.

O momento em que passamos de mecanismos histórico-rituais de formação da individualidade a mecanismos científico-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram

postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo (Foucault, 1999, p. 161).

Interessa-nos entender como se produz essa relação entre a emergência de um saber psicológico na modernidade e o implemento de uma tecnologia específica de poder que Foucault chama “disciplina” –, e de que modo essa relação acaba contribuindo na própria “fabricação” de uma lógica individualizante, que prepara o terreno para as sociedades de controle na atualidade. Podemos dizer que, no conjunto das ciências humanas, aparecem alguns elementos que anunciam a transição das tecnologias disciplinares para uma dimensão mais *imaterial* que Foucault (1999) chama de “sociedades de controle”, cuja característica é, fundamentalmente, estender a *lógica disciplinar* para além dos muros das instituições de confinamento, a fim de submeter as relações sociais às novas exigências do poder capitalista.

Podemos dizer que os desenvolvimentos iniciais de uma psicologia científica, na virada do século XIX para o século XX, estariam já relacionados à criação de um conjunto de técnicas voltadas para o indivíduo, visando “adaptá-lo” socialmente, ou seja, a problemática inicial que atravessa o campo de investigação da psicologia moderna aparece relacionada a uma série de questões de ordem social. Por exemplo, a adaptação da criança ao universo escolar e a adaptação das pessoas ao mundo do trabalho através da seleção e orientação profissional. Desse modo, os princípios que norteiam a produção de conhecimento dessa nova ciência encontrar-se-iam fundamentados numa “ética da normatividade” (Badiou, 1993, p. 3) que procuraria adaptar o sujeito às normas e a valores definidos pela sociedade na qual ele está inserido. Por esse motivo, Badiou considera que a psicologia é uma “técnica de adaptação e de orientação social que visa à particularidade individual, o que a singulariza em relação à sociologia e em relação a outras ciências sociais” (ibidem, p. 3).

Sendo assim, poderíamos falar de uma complementaridade entre um regime de verdade – que caracteriza o que Foucault (1999) chama de sociedade disciplinar – e o caráter normativo intrínseco ao desenvolvimento do conjunto das ciências humanas, dentro das quais se inscreve o desenvolvimento da própria psicologia moderna. Essa complementaridade manifestar-se-ia justamente na produção de uma subjetividade privatizada ancorada na idéia de indivíduo que, por sua vez, é sustentada pela divisão entre o dentro e o fora. Segundo Foucault (1999), essa divisão é a principal característica das sociedades disciplinares, cuja operacionalidade encontra-se apoiada fundamentalmente sobre o modelo das instituições de confinamento. A produção de uma subjetividade privatizada está, portanto, diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma tecnologia específica do poder, denominada por Foucault de *disciplina* e cuja característica é justamente esta separação entre o “dentro” e o “fora”, que se encontra na base da própria dicotomia entre indivíduo e sociedade.

Um dos recursos fundamentais do modelo disciplinar era a *visibilidade* já que ela permitia evitar o “contágio” produzido pelo encontro dos corpos nos espaços de confinamento. Para Foucault, o *panóptico* de Bentham² representa a figura arquitetural desse modelo, pois “organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (1999, p. 166).

O “esquema panóptico”, segundo Foucault, teria por “vocação” tornar-se uma “função generalizada”, difundindo-se por todo o corpo social. Aparentemente, o panóptico não passaria de uma solução a um problema técnico, mas, na verdade, ele é bem mais do que isso, pois a fórmula de Bentham faz com que a lógica disciplinar se constitua no funcionamento de base de toda a sociedade, uma vez que seu dispositivo “automatiza e desindividualiza o poder”, tornando-se assim “o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal” (Foucault, 1999, p. 167-171).

Ao analisar a definição de panoptismo formulada por Foucault, Deleuze (1986) mostra que essa noção, enquanto tecnologia disciplinar, opera em duas direções: não apenas como *máquina concreta* que permite “ver sem ser visto” (segundo o modelo arquitetônico criado por Bentham), mas fundamentalmente como *máquina abstrata* que se dissemina por todo o corpo social com a finalidade de “impor uma conduta qualquer a uma multiplicidade humana qualquer” (p. 41).

Essa disseminação dos mecanismos disciplinares por todo o corpo social marcaria de certo modo o apogeu do modelo disciplinar, e anunciaria o surgimento de um novo tipo de sociedade não mais caracterizada exclusivamente pelo controle dentro dos espaços de confinamento, mas por uma forma de controle muito mais sutil que se produziria “a céu aberto”. Criar celas individuais em todas as instituições de confinamento a fim de assegurar a ordenação das multiplicidades humanas seria uma tarefa custosa e talvez ineficaz. O melhor seria difundir os procedimentos disciplinares não apenas através dos espaços de confinamento, mas, sobretudo, através da decomposição de tais procedimentos em “processos flexíveis de controle” (Foucault, 1999, p. 174), cuja disseminação na sociedade seria capaz de produzir o efeito buscado pelo esquema panóptico.

O dispositivo panóptico anuncia assim o apogeu da sociedade disciplinar e a aurora das sociedades de controle, cujo funcionamento continua sendo atravessado por uma tecnologia disciplinar de um novo tipo.

É certo que entramos em sociedades de “controle” que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina, e de sua técnica principal, o confinamento (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna). Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle que funcionam, não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea (Deleuze, 1990, p. 236).

A emergência de um saber psicológico cumpre, portanto, uma importante função dentro da lógica disciplinar, imposta pelas novas regras da sociedade capitalista. O principal objetivo do modelo disciplinar é, segundo Foucault (1999), justamente o de forjar a idéia de indivíduo: aparentemente, tratava-se de “proteger” um indivíduo que correria o risco de perder sua “identidade” dentro de um processo de massificação próprio do capitalismo. Por isso, era importante demarcar com precisão o lugar ocupado pelo sujeito no sistema produtivo, através do esquadramento constante de sua localização no tecido social, explicando-se assim o importante papel das instituições de confinamento nesse modelo. No entanto, não é propriamente o indivíduo que será destruído nesse processo; é, ao contrário, esse processo enquanto tal que vai criar a idéia de uma “subjetividade privatizada”, modelada de acordo com as novas exigências do poder capitalista.

Através dos diferentes meios de confinamento, a lógica disciplinar procurava organizar as múltiplas formas de estratificação da sociedade: tratava-se de distribuir os indivíduos no espaço “segundo o princípio da localização imediata ou do quadriculamento” (Foucault, 1999, p. 123), tornando assim possível *classificar* cada indivíduo em seu respectivo lugar. No entanto, com o desenvolvimento da sociedade industrial, tornava-se necessário aprimorar as técnicas de controle sobre as aglomerações que compunham estes diferentes estratos: “à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações, ‘cabalas’); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho” (ibidem, p. 122). O mero controle dos corpos distribuídos no espaço e ordenados no tempo não se revelava mais suficiente para atender à demanda de um aumento na produtividade. Era preciso que este controle passasse a ser exercido de uma forma mais *imaterial*, não permanecendo circunscrito apenas ao visível; era preciso atingir o próprio modo de existência dos indivíduos, modelando seus desejos mais íntimos, tornando-os inofensivos e submissos às novas regras do capital.

O exercício do poder no modelo disciplinar, através de diferentes técnicas de classificação e de enquadramento, vai gradualmente adquirindo uma certa invisibilidade. O “apogeu” desse modelo pode ser expresso através daquilo que Foucault (1999) chamou de “dispositivo panóptico” (p. 166), ou seja, uma trama de mecanismos disciplinares que estaria em toda a parte e não apenas em alguns locais precisos e relativamente fechados, atravessando assim o conjunto da sociedade de uma forma contínua e permanente. Num extremo da sociedade disciplinar, encontra-se o que Foucault denomina de “disciplina-bloco” (ibidem, p. 173), cuja característica é produzir uma constante visibilidade tanto daqueles que “exercem” o poder como daqueles sobre os quais este poder é “exercido”. Com o dispositivo panóptico, no entanto, o exercício do poder torna-se invisível e, conseqüentemente, se desindividualiza. Encontraremos aí aquilo que Foucault

chama de “disciplina-mecanismo”, ou seja, “um dispositivo funcional que deve melhorar o exercício do poder tornando-o mais rápido, mais leve, mais eficaz, um desenho das coerções sutis para uma sociedade que está por vir” (ibidem, p. 173).

A forma descontínua com que o poder se exercia no espaço estratificado das instituições de confinamento (*disciplina-bloco*) é gradualmente substituída por um controle difuso e permanente (*disciplina-mecanismo*), que percorre o conjunto da sociedade sem deixar lacunas. “O controle é, assim, uma intensificação e uma generalização da disciplina, em que as fronteiras das instituições foram ultrapassadas, tornadas permeáveis, de forma que não há mais distinção entre o fora e o dentro” (Hardt, 2000, p. 369).

É importante assinalar que o panoptismo marca não apenas o apogeu da sociedade disciplinar, através de um processo de vigilância generalizada, mas anuncia também aquilo que esta sociedade está deixando de ser, ou seja, anuncia a transição para as sociedades de controle. Como vimos, o que muda são basicamente as formas de atualização do poder através de outras estratégias disciplinares: daqui em diante, para exercê-lo, não basta controlar os corpos por meio do seu confinamento dentro de determinados espaços fechados na tentativa de domesticá-los. O controle doravante deverá se exercer através de formas cada vez mais sutis de assujeitamento, moldando nossos corpos não apenas do *exterior*, mas, sobretudo, do *interior*, através de uma homogeneização dos nossos modos de pensar, agir e sentir.

Nesta passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, é difícil perceber com exatidão o término de uma e o advento da outra, ainda que cada uma delas se organize em torno de práticas distintas. É como se nesse processo houvesse um ponto de indiscernibilidade em que elas se interpenetram e se misturam. Justamente nesse ponto, onde o apogeu e o declínio da sociedade disciplinar parecem se indiferenciar, é que nós vamos encontrar esta mistura entre aquilo que uma determinada formação histórica está deixando de ser e aquilo que ela ainda não é (ou que ela é apenas potencialmente). É aí que encontraremos também as condições de emergência de novas produções de sentido, dentre as quais podemos assinalar o advento das ciências humanas e, mais especificamente, da psicologia moderna: é como se, no final do século XIX, resultassem desta mistura alguns *espaços vazios* que tornam possível a invenção de novos campos de saberes e de práticas.

Podemos igualmente dizer que é nesse ponto de indiscernibilidade que o poder disciplinar deixa de se manifestar exclusivamente no interior dos espaços fechados e passa a operar *a céu aberto*, criando novos modos de subjetivação.

O modelo disciplinar, que funcionava no quadro dos dispositivos introduzidos pelas instituições de confinamento, vai revelar-se insuficiente para controlar as novas relações de produção na sociedade industrial, surgindo a necessidade de *capturar* as forças produtivas em novas formas de dominação. Esse

modelo, calcado sobre o princípio do espaço fechado, perde progressivamente seu impacto enquanto poder disciplinar e, com isso, torna-se inevitável a criação de novos dispositivos capazes de perseguir seu propósito fundamental, ou seja, desenvolver uma tecnologia voltada para o controle contínuo e permanente dos indivíduos.

Nas sociedades de controle, cujo protótipo é o panoptismo enquanto função generalizada, a dominação não tem mais necessidade de um espaço fechado para exercer seu poder. Ela ultrapassa os muros das instituições e se espalha por toda parte. Por essa razão, podemos dizer que é num “meio a céu aberto” (Deleuze, 1990, p. 215) que as novas formas de dominação vêm à luz.

Essas novas formas de dominação vão caracterizar a transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. Na verdade não se trata de uma transição, mas de uma sobreposição, pois vários elementos da sociedade disciplinar continuam coexistindo com o novo arranjo das sociedades de controle. A diferença é que numa sociedade de controle não há mais necessidade de muros para o exercício do poder. O conjunto da sociedade torna-se uma grande prisão, pois o controle se exerce de forma imaterial: ele não se acha mais limitado a um espaço fechado, prescindindo das instituições concretas que lhe serviam de suporte para se apoderar apenas da lógica inerente a elas. Isso quer dizer que a lógica disciplinar, enquanto exercício do poder, continua presente, mas, desta vez, de uma forma *volátil*. É a essa volatilização da lógica disciplinar que Deleuze (1990) se refere quando fala que as novas formas de dominação se produzem num meio a céu aberto.

Nas sociedades de controle não há mais lugar para um sistema fechado, caracterizado unicamente pela descontinuidade espacial dos diferentes tipos de moldes (escola, fábrica, caserna ou prisão), ou seja, pela passagem sistemática de um meio a outro a fim de garantir a eficácia do exercício do poder. Trata-se agora de um sistema aberto marcado não mais por “moldagens distintas e intermitentes”, mas por um sistema em “modulação permanente” (Deleuze, 1990, p. 242).

Essa mudança implica, sobretudo, que o indivíduo não representará apenas a parte material que será envelopada pelo poder disciplinar: ele próprio se tornará uma entidade abstrata tomada como objeto de investigação de um novo território de saber e de práticas, que buscará vinculá-lo a uma identidade bem determinada e de acordo com as novas exigências do poder capitalista. Não se trata apenas de disciplinar os corpos, mas principalmente os investimentos do desejo no campo social. A lógica disciplinar será, no entanto, preservada, ainda que desta vez ela não se apresente mais restrita a um espaço fechado. A fim de perseguir seu objetivo normativo e disciplinador, ela tratará de encerrar o desejo em representações estereotipadas, vinculando-o a um modo de existência que desencadeia, por sua vez, um processo crescente de individualização da subjetividade (forjando a idéia de uma subjetividade privatizada), produzindo, ao

mesmo tempo, uma progressiva modelização e homogeneização de toda experiência subjetiva.

Essa passagem para as sociedades de controle não se dá de forma súbita e repentina. Ela não pode ser explicada por uma relação meramente causal, mas por uma

(...) multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recortam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral (Foucault, 1999, p. 119).

Consideramos que a invenção da psicologia científica, na modernidade, em função de sua forte tendência adaptacionista, é um dentre os múltiplos processos que vão contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas de investimento do poder como dispositivos próprios às sociedades de controle os quais se constituem, especificamente, em técnicas de modelização da experiência subjetiva em termos do que é considerado norma ou desvio.

Neste sentido, poderíamos dizer que a invenção de um saber psicológico anuncia a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle exatamente porque, através desse princípio normalizador, a lógica disciplinar não ficará restrita ao controle dos indivíduos no interior dos espaços fechados; ela se expande e passa a se interessar por suas motivações, dissolvendo as fronteiras entre o espaço público e o espaço privado, modelando assim tais motivações de acordo com os interesses do sistema capitalista.

O modelo disciplinar articulava-se em torno de técnicas de individualização do poder, de vigilância e de controle da conduta, do comportamento e das atitudes. Na sociedade de controle, o exercício do poder dispensa as relações de visibilidade próprias ao esquadramento do espaço disciplinar para se apropriar unicamente da lógica que lhe é inerente. A partir deste momento, a lógica disciplinar não tem mais necessidade de produzir uma visibilidade permanente daqueles que exercem o poder ou daqueles sobre os quais esse poder será exercido. O poder passa a ser exercido de um modo muito mais sutil e imaterial: ele se torna mais instantâneo, fluído, leve e eficaz. Podemos dizer que o controle produz uma espécie de intensificação e de generalização da lógica disciplinar, construindo formas de dominação que, por serem constituintes da ilusão de interioridade do sujeito adquirem invisibilidade e permeiam todas as esferas da vida. O controle, assim como a disciplina, não deve ser compreendido somente como restrição, como interdição, mas sim como um processo de maximização da produtividade centrado na (auto)constituição dos sujeitos pelo desenvolvimento de determinadas tecnologias de si. Com o modelo disciplinar foi possível intensificar as performances, multiplicar as capacidades, e colocar cada indivíduo no lugar onde ele seria mais útil. Com o advento da sociedade de controle,

trata-se de intensificar a interiorização e a invisibilidade da norma na trama da própria vida.

Consideramos que a invenção da psicologia moderna, como campo específico de saberes e práticas, antecipa esta forma difusa e permanente de exercício do poder que vai caracterizar as sociedades de controle contemporâneas nas quais se busca produzir um novo tipo de assujeitamento: não se trata mais de um molde forjado a partir do exterior, mas de uma modelagem que se produz do interior a partir de um processo de normalização e adaptação, cuja finalidade é criar uma homogeneização dos modos de existência.

Esse processo de normalização e adaptação se produz a partir do implemento de determinadas tecnologias de si que, por sua vez, não podem ser dissociadas do que Foucault (1985) chama de “cuidado de si” enquanto um conjunto de técnicas e experiências que participam do processo de (auto)constituição e transformação do sujeito. Quando Foucault (1994) analisa as tecnologias associadas ao cuidado de si dos gregos, ele assinala que tais técnicas de si eram indissociadas do cuidado dos outros e construídas no sentido da busca da boa vida, da transformação da vida numa obra de arte, da busca de uma estética da existência. Hoje, ao contrário, os usos das práticas e saberes psicológicos construíram um jogo de individualização que invisibiliza e isenta o compromisso do sujeito no laço social. É o *ethos* do cuidado que se transforma na atualidade, enfatizando o caráter individualizante e totalizador das tecnologias de si. Hoje em dia, o dispositivo de controle age sobre o sujeito obtendo como efeito a ilusão da diferença, no sentido que a suportamos e a toleramos, mas não estamos implicados no jogo da alteridade e do respeito ao outro.

Podemos dizer que o saber psicológico toma o cuidado de si como um dispositivo privilegiado de normalização e de adaptação, cujo mecanismo marca os jogos de poder do capitalismo moderno. Dispositivo como mecanismo de dominação, como operadores materiais do poder, isto é, técnicas, estratégias e formas de sujeição que se apóiam em discursos e práticas. Trata-se de um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, formas arquitetônicas, regras, proposições filosóficas e morais, o dito assim como o não-dito (Foucault, 1982). O dispositivo é a própria rede que conecta estes elementos. Estes jogos de poder se sustentam sobre a idéia de uma “crise permanente”. A psicologia moderna, como campo de saber especializado, faz do indivíduo o lugar privilegiado da crise. Assim, ela reforça a idéia segundo a qual só resta ao indivíduo se adaptar às novas exigências produzidas pelas constantes transformações das regras impostas pela dinâmica do capitalismo.

Os dispositivos das atuais sociedades de controle são construídos em torno da exaltação da idéia de liberdade dos indivíduos. A normalização torna-se então invisível, e a adaptação, imaterial. Isso explica por que as principais estratégias de dominação na atualidade se produzem sob a forma do exercício de um biopoder que se situa no cerne de um modo particular de relação consigo, carac-

terizado por um processo de privatização da subjetividade que privilegia uma ilusão de liberdade do indivíduo e invisibiliza as linhas de força sociais. Trata-se de uma ilusão de liberdade, porque ela não pressupõe uma reflexividade a partir da implicação do indivíduo no espaço público, mas somente uma reflexividade prisioneira de um jogo narcísico.

Assim, podemos compreender por que Foucault utilizou o recurso do estudo dos cuidados de si na Grécia antiga para, através da obliquidade histórica (Gros, 2001), explorar as práticas de (auto)constituição do sujeito grego e, assim, evidenciar a precariedade da constituição do sujeito contemporâneo.

O combate às formas de dominação contemporâneas e a construção da resistência dependem de um trabalho de si sobre si, mais do que de uma luta contra a disciplina marcada pela exterioridade, tal como descrita em *Vigiar e punir* (Foucault, 1999). É por esta razão que o estudo da (auto)constituição do sujeito é a forma que Foucault encontrou para denunciar os perigos do presente. Como ele afirma:

A moral dos Gregos é centrada sobre o problema de uma escolha pessoal e de uma estética da existência. A idéia de tomar o Bios (a vida) como material de uma obra de arte estética é algo que me fascina. Também a idéia que a moral possa ser uma forte estrutura da existência sem estar ligada a um sistema autoritário ou jurídico em si, nem a uma estrutura da disciplina (Foucault, 1994, p. 390).

Gros (2001; 2002) afirma que Foucault utiliza a ferramenta genealógica para produzir uma reflexão sobre o que nós somos neste momento. Ao analisar o passado, Foucault produziu efeitos políticos importantes que permitem re-significar o presente. A perspectiva da ética como prática reflexiva da liberdade e de transformação da experiência da vida em obra de arte (a temática da estética da existência) são ferramentas poderosas de luta e de disputa no jogo dos poderes e verdades hoje, uma vez que nossas sociedades são marcadas pelos dispositivos de controle que sustentam o estado de dominação contemporâneo, marcado pelos modos de assujeitamento do capitalismo imperial.

Talvez um dos desafios da psicologia contemporânea esteja justamente em criar espaços de resistência a esta lógica de dominação hegemônica. Mas, para isso, é preciso entender o quanto a constituição deste campo de saberes e práticas contribuiu para o implemento de um processo de individualização que sustenta os mecanismos de assujeitamento característicos das atuais sociedades de controle.

Notas

1. Artigo baseado nas respectivas teses de doutorado dos autores (Nardi, 2002 e Silva, 2001).
2. Segundo Foucault (1999, p. 146), o panóptico (divulgado por Jeremy Bentham, em publicação de 1791) seria “o aparelho disciplinar perfeito, pois capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente”. A sua descrição é a seguinte: “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a clareza, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia” (idem, p. 165-166).

Referências Bibliográficas

- BADIOU, Alain. Entrevista com Célio Garcia. In: *Jornal do Psicólogo*, Belo Horizonte, ano 10, n. 43, setembro/outubro, CRP/04, 1993.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris: Minuit, 1986.
- _____. *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona: Paidós, 1991.
- _____. L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté. In: _____. *Dits et Écrits*. Vol. IV. Paris, Gallimard, 1994, p. 708-729.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GROS, Frédéric. Situation du cours. In FOUCAULT, Michel. *L'hermeneutique du sujet: cours au Collège de France: 1982*, Paris, Gallimard/Seuil, 2001.
- _____. *Foucault: le courage de la vérité*. Paris, PUF, 2002.
- HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric. (Org.) *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 357-372.
- NARDI, Henrique Caetano. *Ética e trabalho: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos (1970-1999)*. Porto Alegre, PPGSOC, UFRGS, Tese de doutorado, 2002.
- SILVA, Rosane Neves da. *Cartografias do social: estratégias de produção do conhecimento*. Porto Alegre, PPGEDU, UFRGS. Tese de doutorado, 2001.

Henrique Caetano Nardi é professor do Programa de Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Endereço para correspondência:
Rua Miguel Tostes, 814/304
90430-060 – Porto Alegre – RS
E-mail: hcnardi@aol.com

Rosane Neves da Silva é professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS.

Endereço para correspondência:
Rua Barbedo, 581/304
90110-260 – Porto Alegre – RS
E-mail: roneves@cpovo.net